

Collor lança programa para mudar o ensino

O presidente Fernando Collor lançou ontem, no Palácio do Planalto, um ambicioso e gigantesco plano educacional, com o objetivo de modificar, nos próximos cinco anos, o quadro de crise na educação pública, da pré-escola à universidade. O plano — batizado com o nome de Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação — vai receber até 1995, segundo previsão do Ministério da Educação, investimentos de Cr\$ 5,59 trilhões. A meta é praticamente dobrar, até o fim do Governo, os gastos com educação, passando dos atuais 3,54 para seis por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Estruturado a partir de 12 objetivos considerados prioritários, entre eles a expansão da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade de educação, revisão de currículos e a redução do índice de analfabetismo, o programa começará a ser colocado em prática pelo Governo já a partir do ano que vem. Entre outras ações, o Ministério da Educação vai aumentar o ano letivo de 180 para 200 dias. Até 1993, deverá ser aumentado também de quatro para seis horas o turno diário das escolas públicas, fazendo desaparecer assim o chamado “tur-

no da fome”, das 11 às 14h, criado apenas para distribuir merenda escolar e no qual estão matriculadas hoje entre 4,5 e seis milhões de crianças.

Outras prioridades são dar ênfase à educação especial; à expansão e melhoria do ensino técnico; à criação de escolas ecológicas de ensino fundamental e médio em Porto Seguro (BA), no Pantanal e na região da floresta amazônica; ao treinamento e atualização de professores, à autonomia da universidade, ao apoio a atividades de assistência ao estudante universitário; e ao programa de estudos e pesquisas de avaliação da situação educacional brasileira.

Esses programas vão receber já em 1991 investimentos de 1,2 bilhão de dólares (cerca de Cr\$ 200,1 bilhões). No total, o Governo Federal vai destinar a programas educacionais no ano que vem cerca de seis bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 1 trilhão), elevando os gastos com educação para 4,1 por cento do PIB, número ainda bastante inferior aos de outros países da América Latina, como a Venezuela (que gasta 6,3 por cento do seu PIB com educação) e o Uruguai (5,4 por cento).